

DIREITO CONSTITUCIONAL II
Ano lectivo 2012-2013 – Turma da noite

PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA

PROGRAMA

I – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Aspectos gerais

1.1. Enumeração

1.2. Relevância

1.2.1. Relevância identificadora ou estruturante

1.2.2. Relevância normativa

1.2.3. Relevância hermenêutica

2. Dignidade humana

2.1. A ideia de dignidade humana: génese e desenvolvimento

2.2. O princípio da dignidade humana como parâmetro

2.3. O princípio da dignidade humana como norma: a fórmula do objecto

2.4. O princípio da dignidade humana e o princípio da igualdade

2.5. O princípio da dignidade humana e os direitos fundamentais

2.6. Dimensões do princípio da dignidade humana

3. Estado de Direito

3.1. A ideia de Estado de Direito: génese e desenvolvimento

3.2. Sentido fundamental do princípio do Estado de Direito

3.3. A limitação externa do poder: a separação entre Estado e sociedade

3.4. A divisão orgânica do poder ou separação dos poderes

3.4.1. Dimensão política e dimensão jurídica do princípio da separação dos poderes

3.4.2. O princípio de separação de poderes e a definição material das funções do Estado

3.5. A conformação material do poder

3.5.1. Os princípios conformadores: enumeração

3.5.2. Em especial: o princípio da juridicidade

3.5.3. Em especial: o princípio da proporcionalidade

3.5.4. Em especial: os princípios da segurança jurídica e tutela da confiança

4. Democracia

4.1. A ideia de democracia

4.2. Concepções estatística e comunitária de democracia

4.3. A democracia representativa

4.3.1. Dimensões e corolários

4.3.2. Democracia representativa e direitos políticos

4.3.3. Democracia representativa e sistema eleitoral

4.3.4. Democracia representativa e partidos políticos

4.3.5. Democracia representativa e sistema de governo

4.4. A democracia semi-directa

4.4.1. Dimensões e corolários

4.4.2. Em especial: o referendo político vinculativo a nível nacional

4.5. A democracia participativa

5. Socialidade

5.1. Sentido fundamental do princípio da socialidade

5.2. Princípio da socialidade e tarefas do Estado

5.3. Princípio da socialidade e direitos sociais

II – DIREITOS FUNDAMENTAIS: REMISSÃO

III – ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO: ÓRGÃOS E ACTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS

1. A estrutura organizatória da República

1.1. Teoria dos órgãos: aspectos fundamentais

1.1.1. Conceito e elementos

1.1.2. Principais classificações

1.2. Órgãos de soberania e sistema de governo: remissão

1.3. Estruturas infra-estaduais: remissão

2. Teoria geral dos actos jurídico-constitucionais

2.1. O conceito de actos jurídico-constitucionais

2.2. A regulação dos actos jurídico-constitucionais

2.2.1. Princípios gerais

2.2.2. O princípio da competência em especial

2.2.3. Regulação orgânica, formal e material

- 2.3. Qualificação, validade e eficácia dos actos jurídico-constitucionais
- 2.4. A inconstitucionalidade e o desvalor jurídico do acto inconstitucional

3. Os actos legislativos em especial

- 3.1. A lei: breve síntese histórica
- 3.2. Forma de lei e conteúdo da lei: o sentido da lei
- 3.3. Forma de lei e força de lei
- 3.4. Força de lei, preferência de lei e reserva de lei
- 3.5. Competências legislativas e formas de lei na Constituição: quadro geral
- 3.6. Leis da Assembleia da República
 - 3.6.1. A competência legislativa da Assembleia da República
 - 3.6.2. Em especial: a competência legislativa reservada
 - 3.6.3. O procedimento legislativo parlamentar
- 3.7. Decretos-lei do Governo
 - 3.7.1. A competência legislativa do Governo
 - 3.7.2. A competência legislativa concorrential
 - 3.7.3. A competência legislativa autorizada
 - 3.7.4. A competência legislativa complementar
 - 3.7.5. A apreciação parlamentar de decretos-lei
- 3.8. Decretos legislativos regionais
 - 3.8.1. A competência legislativa das Assembleias Legislativas regiões autónomas
 - 3.8.2. A competência legislativa exclusiva ou reservada
 - 3.8.3. A competência legislativa autorizada
 - 3.8.4. A competência legislativa de desenvolvimento
 - 3.8.5. A competência legislativa estatutária
- 3.9. A supletividade do Direito do Estado
- 3.10. As leis de valor reforçado

V – GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

- 1. A garantia da Constituição: conceitos fundamentais
- 2. A fiscalização da constitucionalidade das leis em especial
 - 2.1. Fiscalização da constitucionalidade e democracia
 - 2.2. Os sistemas de fiscalização da constitucionalidade: síntese comparativa
 - 2.3. A fiscalização da constitucionalidade na Constituição de 1976: caracterização geral
 - 2.4. Os processos de fiscalização da constitucionalidade
 - 2.4.1. O processo de fiscalização preventiva abstracta
 - 2.4.2. O processo de fiscalização sucessiva abstracta

2.4.3. O processo de fiscalização sucessiva concreta

2.4.4. O processo de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

BIBLIOGRAFIA

MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República*, Coimbra Editora;

J.J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Almedina;

JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, I, V e VI, Coimbra Editora;

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional*, I, Coimbra Editora;

JORGE REIS NOVAIS, *Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora;

PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português*, I e II, Almedina;

MARCELO REBELO DE SOUSA, *Direito Constitucional*, I, Livraria Cruz.